

Fraude nas planilhas das escolas chega a 60%

Cerca de 60 por cento das planilhas de custos apresentadas pelas escolas particulares ao Conselho Estadual de Educação (CEE) — para servir de base para o cálculo da mensalidade máxima que cada colégio poderia estar cobrando em março, de acordo com a Medida Provisória 176 — estavam com seus valores alterados, a fim de justificar reajustes ilegais. A fraude foi denunciada pelo Procurador Hélio Gama, responsável pela equipe de Defesa do Consumidor da Procuradoria Geral da Justiça. Só ontem o Procurador constatou que, em 20 escolas que tiveram os dados enviados ao CEE submetidos à confirmação, 15 haviam fraudado os documentos. No levantamento feito por Hélio Gama, foram confrontadas as mensalidades que as escolas afirmaram que eram cobradas em dezembro de 1988 — de acordo com os documentos enviados ao CEE — com os valores que estavam arquivados na Procuradoria desde aquela época.

Até o fim desta semana, Hélio Gama pretende notificar as escolas em que forem comprovadas irregulari-

dades. Cada estabelecimento de ensino terá 48 horas para justificar à Procuradoria a alteração nas planilhas de custos e reduzir as suas mensalidades. No caso de omissão, a escola estará sujeita à Lei Delegada número 4, que estabelece como crime a majoração indevida de preços. Os processos de cada escola serão encaminhados ao CEE e à Polícia Civil, que poderá abrir inquérito; e, se comprovadas as fraudes, os donos de escolas poderão cumprir de um a cinco anos de prisão por falsidade ideológica e uma pena pecuniária (multa) por violação da Lei Delegada.

Entre as escolas em que já foram constatados erros pela equipe de Defesa do Consumidor estão o Colégio Notre Dame, em Ipanema, e o Colégio Anglo-Americano, em Botafogo. De acordo com os dados fornecidos pelo Notre Dame a Hélio Gama e que ainda estão arquivados na memória do computador da Procuradoria, o colégio estava cobrando em dezembro de 1988 pelas mensalidades da C.A à quarta série CZ\$ 26.724,17. Pela lista enviada pelas escolas ao CEE e

publicada ontem no Diário Oficial, a escola estava cobrando CZ\$ 36.320,00 da C.A à quarta série. De acordo com os cálculos feitos pelo Procurador, a mensalidade máxima que poderia estar sendo cobrada pela escola em março deste ano é de Cr\$ 1.720,02, e não de Cr\$ 2.331,80, como foi calculada pelo CEE.

Segundo o Presidente da Associação de Pais e Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj), Jorge Esch, o CEE errou na medida em que não conferiu a autenticidade dos valores apresentados pelas escolas particulares, antes de fazer o cálculo da mensalidade-teto do mês de março, conforme determinava a Medida Provisória 176. A Secretária Geral do Conselho, Sônia Mattos, confirmou que não foram checados os valores apresentados pelas escolas e que o CEE partiu do pressuposto de que os donos de escolas são pessoas idôneas.

Mais escolas na página 19

Discussão salarial pára aulas

As 3.898 escolas da rede municipal do Rio tiveram suas atividades paralisadas ontem durante duas horas. Em todos os turnos, depois do recreio, os alunos foram dispensados para que os professores discutissem suas reivindicações salariais. No próximo dia 31, os professores das redes municipal e estadual de ensino realizarão, às 11h, um ato-show na Cinelândia com a presença de políticos, artistas e intelectuais. No mesmo dia, às 15h, haverá assembleia na Uerj, para decidir se os professores entrarão em greve.

Segundo o Vice-Presidente do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe), Alcebí-

des Teixeira Filho, as principais reivindicações são a equiparação do piso salarial do magistério, que é de Cr\$ 13.300, com o salário-mínimo calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), que hoje seria de Cr\$ 26.400; um plano unificado de carreira para professores e pessoal de apoio; e a alteração no plano de carreira, fixando em 15 por cento a diferença — atualmente de seis por cento — entre os níveis salariais.

No Colégio Estadual Ri-yadávia Correa, no Centro, a discussão ontem envolveu não só os salários, mas também a situação da escola, cheia de infiltrações e cupins.